

Arbitragem promete acelerar justiça no desporto

Lentidão, falta de especialização e de jurisprudência dificultam actuação dos tribunais comuns, dizem advogados

MARLENE CARRIÇO
marlenecarrico@negocios.pt

Os principais entraves nos processos judiciais que envolvem o Direito Desportivo são a lentidão, a falta de especialização e a escassa ou inexistente jurisprudência, apontam os especialistas, que acreditam que estes obstáculos podem ser dirimidos com a criação de um Tribunal Arbitral do Desporto (TAD).

"A criação de um Tribunal Arbitral do Desporto criaria condições para uma justiça desportiva mais célere, independente, especializada e tendencialmente mais uniforme", defendeu ao **Negócios** Diogo Leote Nobre, sócio da Cuatrecasas. Também Fernando Veiga Gomes, sócio da Abreu Advogados, considera que este tribunal se justifica, porque "o tempo que os tribunais comuns demoram a decidir não se coaduna com a carreira dos atletas, dos técnicos e com as épocas desportivas". O problema da lentidão assume ainda maior importância dada a "inegável relevância social, económica e profissional do desporto", diz João Santos, advogado de Miranda.

A "redução dos encargos" é outra das vantagens da arbitragem, lembra Carlos Soares, associado sénior da Gómez Acebo & Pombo. "Por outro lado, a justiça desportiva carece de credibilidade que um órgão independente dos poderes desportivos lhe pode definitivamente conferir", frisa Paulo Farinha Alves, da PLMJ.

Mais cauteloso, Pedro Pardal Goulão, da Morais Leitão, refere que "o sucesso deste mecanismo dependerá, em grande medida, da adopção de elevados padrões de exigência na designação de árbitros, não só a nível de preparação técnica mas também a nível de independência e imparcialidade".

O secretário de Estado do Desporto e Juventude, Alexandre Mes-

O tempo que os tribunais comuns demoram não se coaduna com a carreira dos atletas.

FERNANDO VEIGA GOMES
Sócio da Abreu Advogados

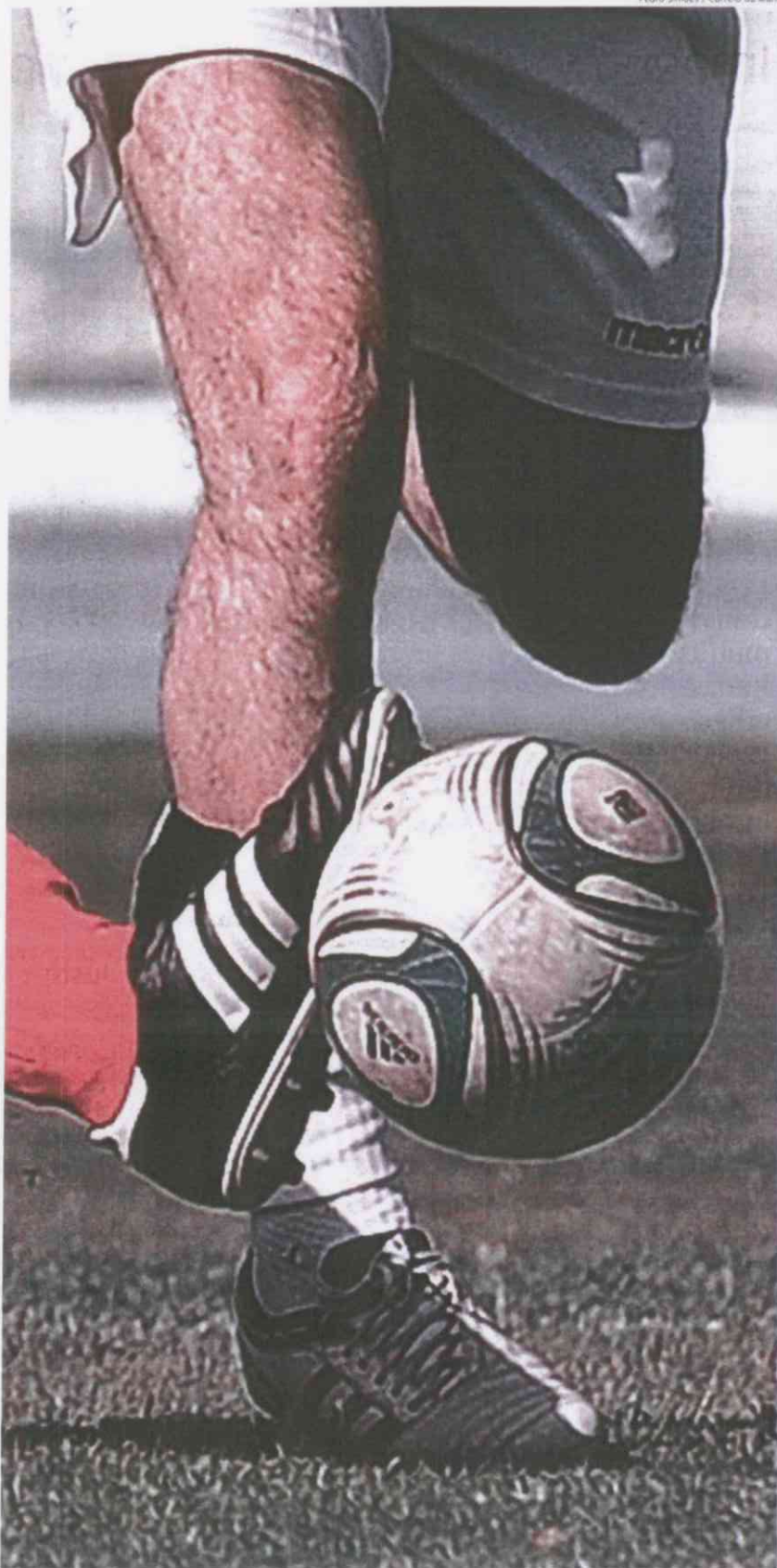
tre, já tinha dito, em Março, que era "absolutamente vital a criação de um tribunal arbitral do desporto, não só para descongestionar os tribunais, mas também para podermos ter uma justiça desportiva mais célere e especializada". E no início de Maio, o Governo aprovou, para audições, um ante-projecto de proposta de lei que institui, sob a égide do Comité Olímpico de Portugal, o Tribunal Arbitral do Desporto.

Tribunal vai apreciar validade dos actos e omissões das federações

De acordo com o ante-projecto, o TAD "apreciará a validade dos actos e omissões das federações desportivas e das ligas profissionais", bem como "a validade das decisões dos órgãos disciplinares das federações desportivas em matéria de dopagem", elencou Diogo Leote Nobre.

Mas haverá também lugar a arbitragem voluntária e aqui "poderão ser submetidos ao TAD todos os demais litígios relacionados, de forma directa ou indirecta, com a prática do desporto e que sejam susceptíveis de decisão arbitral" como, "e de forma inovadora", a "apreciação da regularidade e licitude do despedimento", completou Pedro Pardal Goulão, da Morais Leitão.

Os advogados lembram que o TAD vai funcionar como última instância de recurso, esgotadas todas as vias existentes nas federações.



Direito do desporto | Futebol está na origem da maioria dos pedidos de assessoria jurídica às sociedades de advogados.

Imagem e patrocínios lideram pedidos de apoio jurídico

MARLENE CARRIÇO

Grandes eventos desportivos, como o Euro 2012, os Jogos Olímpicos ou os mundiais de futebol, propiciam o aparecimento de problemas jurídicos. Questões relacionadas com os contratos de patrocínio publicitário e de direitos de imagem e de transmissões televisivas estão no topo dos pedidos de apoio que chegam às sociedades de advogados.

"Em eventos como o Euro 2012, as questões essenciais respeitam a matérias relativas à protecção de marca, exploração de direitos de imagem, relações com patrocinadores e direitos de transmissões", detalhou Sofia Silva e Sousa, associada sénior da Garrigues e responsável

"As equipas de direito desportivo são multidisciplinares, integrando advogados especializados em diferentes áreas", como direito laboral, direito contratual, direito fiscal, direito comercial e contencioso des-

portivo, atesta Sofia Silva e Sousa.

E esta multidisciplinaridade deve-se ao facto de o trabalho ser muito variado: "apoio à montagem de operações para concursos internacionais; assuntos relacionados

com propriedade intelectual ou concorrência; apoio a praticantes desportivos profissionais em negociações; elaboração de estatutos e regulamentos de federações desportivas", são algumas das solicita-

ções que chegam aos escritórios de advogados, enumera Paulo Farinha Alves, da PLMJ. E é o futebol que "está na origem da grande maioria das solicitações", completa Diogo Leote Nobre, sócio da Cuatrecasas.

Equipas de direito desportivo são multidisciplinares, integrando advogados especializados em diferentes áreas.

SOFIA SILVA E SOUSA

Associada sénior da Garrigues

pelo pelouro do direito desportivo, reforçando as palavras ditas por outros advogados.

Todos frisam, porém, que o trabalho pode ser muito variado, como é aliás norma nesta área do Direito. Paulo Farinha Alves, da PLMJ, disse, por exemplo, que "se o evento decorresse em Portugal as possibilidades aumentariam de forma exponencial". Aquando do Euro 2004 surgiram "questões relacionadas com a candidatura, a montagem de operações para o concurso e depois o acompanhamento do evento". Este ano "estão na ordem do dia assuntos relacionados com a propriedade intelectual ou a concorrência".

Carlos Soares, associado sénior da Gómez-Acebo & Pombo, frisa que nestes grandes eventos o Tribunal Arbitral do Sport (TAS) cria uma divisão "ad hoc" para conhecer e resolver as disputas que se geram e o papel do advogado "consiste frequentemente em representar o desportista, a federação nacional ou internacional ou o Comité Olímpico".

Trabalho multidisciplinar

Independentemente dos grandes eventos, todos os advogados sublinham que o Direito do Desporto tem uma faceta multidisciplinar.